

entre avanços e inconsistências: as contribuições de nicholas kaldor, michal kalecki e joan robinson para a teoria pós-keynesiana da distribuição de renda*

between advances and inconsistencies: the contributions of nicholas kaldor, michal kalecki and joan robinson to a post-keynesian theory of income distribution

Kaio Glauber Vital da Costa**

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo do artigo é resgatar as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson para o desenvolvimento da teoria pós-keynesiana da distribuição de renda. O debate de Keynes com Dunlop, Tarshis e Kalecki foi tomado como ponto de partida para as posteriores análises da temática da distribuição de renda na teoria pós-keynesiana. Em seguida, analisamos as contribuições de Kaldor, Kalecki e Robinson para o desenvolvimento de uma teoria pós-keynesiana da distribuição de renda. A conclusão central é que os autores possuem uma característica em comum fundamental para o pensamento pós-keynesiano: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*) através da redistribuição de renda entre salários e lucros.

Palavras-chave: Distribuição de renda. Crescimento econômico. Acumulação de capital. História do pensamento econômico. Teoria pós-keynesiana.

Abstract

This paper aims to revisit the contributions of Nicholas Kaldor, Michal Kalecki and Joan Robinson to the development of a post-Keynesian theory of income distribution. Keynes's debate with Dunlop, Tarshis and Kalecki was taken as a starting point for further analysis of the issue of income distribution in post-Keynesian theory. The analysis was then focused on the contributions made by Kaldor, Kalecki and Robinson to the development of a post-Keynesian theory of income distribution. Results show that those authors share a key feature which is fundamental to the framework of post-Keynesian thought: the idea that savings adjust to investment (at a level independently determined via *animal spirits*) by means of the redistribution of income between wages and profits.

Keywords: Income distribution. Economic growth. Capital accumulation. History of economic thought. Post-Keynesian theory.

* Agradeço ao apoio financeiro da CAPES/CNPq e dos comentários e sugestões dos pareceristas anônimos.

Submetido: 13 de março de 2015; aceito: 13 de junho de 2016.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: kaio.economia@gmail.com

Introdução

O objetivo do presente estudo é resgatar as contribuições realizadas por Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Michal Kalecki sobre a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. A partir dessa abordagem, pretendemos mostrar como tais autores formam a base a partir da qual serão formulados vários modelos de crescimento e distribuição de renda de recorte analítico pós-keynesiano¹ (Roncaglia, 2011). A conclusão central é que, embora existam diferenças nas hipóteses levantadas pelos autores, refletindo-se em resultados que por vezes parecem contraditórios, os autores possuem uma característica fundamental para a teoria pós-keynesiana da distribuição de renda: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*) através da redistribuição de renda entre salários e lucros.

Até o fim do século XIX, o enfoque funcional se manteve como paradigma em matéria distributiva, embora com significativas modificações com relação à questão da origem do valor, ao conceito de classe e aos determinantes das participações fatoriais relativas. A partir da revolução marginalista, comumente associada aos trabalhos de Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874), e das contribuições seminais de Marshall (1890) e Clark (1899), ocorreriam algumas modificações importantes, tais como: expansão do conceito de produtividade marginal da terra (de David Ricardo) até o resto dos fatores produtivos (capital e trabalho), a noção de excedente econômico seria progressivamente substituída pela ideia de que cada fator seria remunerado com base em sua contribuição marginal à produção, radicalmente se diluiria a noção de classe social (qualquer agente poderia ser proprietário de algum fator produtivo) e se alargaria a noção de que o valor se encontra subjetivamente determinado (Salvadori; Panico, 2006).

¹ De acordo com Dow (2003), o termo “pós-keynesiano” foi utilizado pela primeira vez por Joan Robinson (1962), quando esta se referia aos seus trabalhos realizados na década de 1950. Chick (1995) definiu o pós-keynesianismo como uma corrente teórica a partir dos seguintes elementos: recuperação dos *insights* de Keynes, Kalecki e seus primeiros discípulos, ampliar aqueles *insights* para além das fronteiras da *TG* de Keynes e completar a revolução keynesiana.

Diante desse cenário de dominância do paradigma neoclássico, os modelos pós-keyensianos de crescimento e distribuição concentraram suas análises em três fenômenos: o ciclo econômico, a distribuição da renda e a teoria do crescimento. Nesta investigação, estaremos preocupados com os impactos do crescimento econômico sobre a distribuição da renda. Especificamente, partiremos das contribuições realizadas por três autores: Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Michal Kalecki. Os modelos avançados por esses autores compartilham a característica de mostrar os efeitos sobre a demanda efetiva de mudanças em variáveis como tecnologia e distribuição de renda, que são considerados constantes em modelos estáticos ou dinâmicos de curto prazo (Charles; Lang; Asensio, 2010). Para Blecker (2010), os modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição de renda são fundados sobre dois princípios:

- 1) a distribuição funcional da renda entre salários e lucros é determinada por um *mark up* sobre os preços determinados pelas firmas;
- 2) a demanda agregada depende fundamentalmente da distribuição da renda.

No entanto, esses três autores apresentam importantes diferenças. A análise de Kaldor assume a hipótese de que a economia opera em pleno emprego, que é frequentemente utilizada nas análises neoclássicas de crescimento (Marglin, 1984; Freitas, 2003). A abordagem de Kalecki enfatiza o papel de mudanças na utilização da capacidade instalada, enquanto na análise de Robinson tal variável é suposta em sua plena capacidade de utilização. Como afirma Stockhammer (1999), essa diferença é crucial, pois no modelo de Robinson a distribuição de renda é uma variável endógena e altos lucros ocorrem em conjunto com altas taxas de crescimento. Já, nos modelos de Kalecki, há um maior grau de liberdade através de variações na utilização da capacidade instalada, necessitando, porém, de uma exógena distribuição de renda, e, em oposição ao modelo de Robinson, regimes liderados por salários têm maiores taxas de crescimento.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1, desenvolve-se o marco teórico da investigação a partir de uma breve análise da distribuição funcional da renda em Keynes. Em seguida, na seção 2, apresentamos as contribuições

realizadas por Kaldor ao enfoque pós-keynesiano. A seção 3 mostra a análise realizada por Kalecki sobre o papel da distribuição de renda na dinâmica das economias capitalistas. Por fim, na seção 4 temos o papel da distribuição de renda nos trabalhos de Robinson.

1. A distribuição funcional da renda em Keynes: de Marshall a Kalecki

Segundo Pérez Moreno (2006), a temática da distribuição de renda joga um papel marginal na estrutura analítica de Keynes, em que, no melhor dos casos, o interesse do “pai da macroeconomia” nesse assunto se limita a examinar qual é o impacto da dimensão distributiva sobre a demanda agregada e o crescimento econômico. Entretanto, uma leitura mais cuidadosa da *A teoria geral do emprego, do juro e da renda* (doravante, *TG*) e das posteriores contribuições de Keynes, principalmente o artigo “Relative movements of real wages and output”, publicado em 1939, mostra a distribuição funcional da renda como variável endógena particularmente relevante para a análise de Keynes. A distribuição de renda importa para a análise da demanda efetiva se, *ceteris paribus*, uma mudança na forma da função distribuição de renda provoca uma mudança na propensão agregada a consumir.

Compartilhando essa leitura das obras de Keynes, Kaldor (1955–1956) construiu um modelo formal do que considerava ser uma teoria keynesiana da distribuição de renda. Coincidindo com a postura kaldoriana, mas excluindo a hipótese de pleno emprego utilizado por Kaldor, para derivar a dinâmica distributiva no longo prazo, Harcourt (1962, 1965), originariamente, e Sardoni (1993), em uma contribuição posterior, desenvolveram dois modelos distintos para a análise de curto prazo que se encontram mais em linha com a estrutura analítica da *TG*. No caso de Sardoni, o autor também traz à tona a controvérsia de Keynes (1939) com Dunlop (1938) e Tarshis (1939), que permite diferenciar “dois tipos de Keynes”.

O “Keynes tipo 1” adota uma postura eminentemente marginalista de corte marshalliano, que coincide com a *TG* de 1936. Nessa visão, a distribuição de renda depende, essencialmente, da produtividade marginal do trabalho. O nível de preços é uma função crescente do nível

de produção agregada e, assim, da demanda efetiva, o que supõe a existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo². Assim, um aumento do nível de produção e do emprego conduz a um aumento absoluto e relativo dos preços com relação aos salários nominais, de modo que ocorre uma queda no salário real. Dessa forma, da interação entre esses dois efeitos, concomitantemente com a evolução dos requerimentos fatoriais unitários (ou seja, a elasticidade de substituição entre os fatores), define-se a evolução da distribuição funcional de renda.

Se o salário nominal for fixo, permanecendo constante até que a economia atinja seu nível de pleno emprego, e o produto depende do nível da demanda agregada, os níveis de preços e do emprego poderiam ser expressos como funções do nível de investimento (componente exógeno da demanda agregada que depende principalmente do *animal spirits*).

As controvérsias levantadas depois do debate com Dunlop e Tarshis, no artigo de 1939, são úteis para realçar uma diferença no pensamento de Keynes com relação à sua concepção das questões distributivas. Enquanto na *TG* sua alusão à distribuição funcional da renda entre trabalhadores e empresários aparece apenas de forma marginal e implícita, no artigo de 1939 Keynes faz uma explícita referência ao conceito e a seus determinantes. O famoso debate entre Keynes e Dunlop-Tarshis envolve a determinação da direção da relação entre os salários reais e o nível de produção e emprego. Nesse sentido, podemos dizer que o “Keynes tipo 1” mostra que aquela relação é negativa, resultado da existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo. De acordo com Okun e Tobin,

Dunlop e outros argumentaram que movimentos contracíclicos de salários reais requeridos pelo modelo clássico de demanda por trabalho não foram observados. Por sua vez, Keynes abandonou essa parte de seu modelo, embora alguns livros-textos keynesianos tenham mantido. (Okun; Tobin, 1983, p. 37)

² Na *TG*, Keynes rejeita o segundo postulado da economia clássica (a utilidade marginal do salário é igual à desutilidade marginal do trabalho), mas aceita o primeiro (o salário é igual ao produto marginal do trabalho), assumindo a existência de retornos marginais decrescentes no curto prazo, implicando, portanto, uma correlação inversa entre o nível de produção e os salários reais.

Em contraste com essa postura expressa na *TG*, as concessões feitas por Keynes a Dunlop e Tarshis, além do reconhecimento das contribuições realizadas por Kalecki (1938), provocam uma mudança em sua visão, o que podemos denominar de “Keynes tipo 2”. Diferentemente do “Keynes tipo 1”, o “novo Keynes” se aproxima da posição de Kalecki (1938), que sublinha a necessidade de discriminar a forma da função de custos marginais de produção, dependendo se a economia opera em situações de excesso de capacidade instalada ou em condições de pleno emprego. A conjugação de dois pressupostos kaleckianos (concorrência imperfeita no mercado de bens e firmas que operam com excesso de capacidade, especialmente no curto prazo) se traduz em custos marginais de produção com uma forma de um L invertido, sendo constantes até que a economia alcance o pleno uso da capacidade instalada, momento a partir do qual se tornam crescentes (verticais).

Reconhecendo a influência do grau de monopólio sobre a distribuição funcional da renda, Keynes (1939) assinala dois aspectos cruciais mediante os quais a concorrência imperfeita no mercado de bens poderia afetar a relação existente entre crescimento econômico e participação no produto nacional:

- 1) rigidez de preços relativos (com relação aos salários nominais);
- 2) impacto direto sobre a participação dos lucros na renda nacional.

Ainda que o “novo Keynes” mostre uma notável aproximação com as ideias kaleckianas de distribuição de renda, o autor questiona a explicação elaborada por Kalecki no que diz respeito à constância da participação dos fatores de produção na renda nacional³, alegando que as razões utilizadas por esse autor são por demais arbitrárias. De acordo com Keynes (1939), não existem explicações óbvias para justificar porque as mudanças no grau de monopólio deveriam compensar-se exatamente com as variações na rotação, tal como afirma Kalecki (1938). Entretanto, podemos dizer que o “Keynes tipo 2” aceita a ideia de que no curto prazo a distribuição da renda tem que ser analisada adotando

3 Constância distributiva que tanto Kalecki (1938), Keynes (1939) e Kaldor (1955-1956) compartilham e que consideram como um dos fatos estilizados mais bem fundamentados em nível empírico da teoria macroeconômica.

uma perspectiva diferente da exposta no “Keynes tipo 1”. O Keynes pós-*TG* admite uma hipótese diferente com relação à forma de concorrência prevalecente no mercado de bens e à política de fixação de preços do tipo não competitivo que as firmas adotam.

Em resumo, o debate desenvolvido nesta seção descreve a evolução do pensamento de Keynes entre 1936 e 1939, com relação à temática da distribuição funcional da renda. O “Keynes tipo 1” da *TG* adota uma postura muito próxima à corrente marginalista, mostrando como a distribuição da renda depende fundamentalmente da produtividade marginal decrescente do trabalho e, de maneira mais implícita, da elasticidade de substituição entre trabalho e capital. Reconhecendo certas falhas de sua visão precedente no que respeita à relação entre produto e salários reais, o “Keynes tipo 2” compartilha com Kalecki (1938) a ideia de que, conjuntamente com as condições técnicas (que determinam a estrutura dos custos marginais reais de produção), o grau de monopólio existente no mercado de bens é a variável-chave para entender a evolução temporal e as diferenças entre países na distribuição funcional da renda.

Uma vez exposta brevemente a evolução do pensamento de Keynes sobre a distribuição funcional da renda, as próximas seções serão dedicadas ao estudo das contribuições de três autores pós-keynesianos: Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson. Com isso, pretende-se mostrar como as contribuições pioneiras desses três autores formam a base para a formulação para teorias de enfoque pós-keynesiano sobre a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda.

2. Acumulação de capital e distribuição de renda no longo prazo: a importância do mecanismo de ajuste em Kaldor

Em seu artigo de 1955-1956, “Alternative theories of distribution”, Kaldor apresenta a sua análise sobre os determinantes da distribuição funcional da renda. Partindo de um enfoque teórico de longo prazo, no qual o nível de produção se encontra dado e existe pleno emprego da mão de obra, o autor assume que a renda nacional se divide entre salários e lucros, supondo que a propensão média a poupar dos capitalistas difere

daquela dos trabalhadores⁴. Formalmente, seja Y a renda nacional, W os salários, L os lucros, S_w e S_l a poupança agregada derivada dos salários e lucros respectivamente. A análise realizada por Kaldor tem início com a definição de três identidades contábeis:

$$Y = W + L \quad (1),$$

$$I = S \quad (2),$$

$$S = S_l + S_w \quad (3),$$

Como o investimento está dado (depende do *animal spirits* e da expectativa de lucros futuros), se supormos que a poupança procedente de salários e lucros é proporcional a W e a L , ou seja, que seja válido $S_w = s_w W$ e $S_l = s_l L$, então temos que

$$I = s_l L + s_w W = s_l L + s_w (Y - L) = (s_l - s_w) L + s_w Y \quad (4).$$

De modo que

$$\frac{I}{Y} = (S_l - S_w) \frac{L}{Y} + S_w \quad (5),$$

e

$$\frac{L}{Y} = \frac{1}{S_l - S_w} \frac{I}{Y} - \frac{S_w}{S_l - S_w} \quad (6),$$

⁴ A condição de estabilidade do modelo kaldoriano requer não somente que $S_l \neq S_w$, mas também que $S_l > S_w$. Em uma contribuição posterior, Pasinetti (1962, 1983) mostra certas inconsistências lógicas inerentes à formulação kaldoriana de 1955-1956. A sua principal contribuição é a ideia de que no longo prazo a propensão a poupar dos trabalhadores tem impactos sobre a distribuição da renda entre os fatores produtivos, mas não afeta a distribuição de renda entre lucros e salários (a diferença crucial com relação a Kaldor está no explícito reconhecimento de que os trabalhadores também podem receber rendas do capital). Assumindo que no equilíbrio de longo prazo a taxa de juros coincide com a taxa de rentabilidade, Pasinetti (1962, 1983) demonstra que tanto essa última variável como a participação dos lucros no produto nacional dependem única e inversamente da propensão média a poupar dos capitalistas.

A equação 6 define uma relação positiva entre a participação dos lucros na renda nacional e a razão $\frac{L}{Y}$. Assim, é de particular importância que o impacto de uma maior taxa de acumulação (isto é, um aumento de $\frac{L}{Y}$) depende da diferença entre as propensões a poupar dos capitalistas e dos trabalhadores. Para Roncaglia,

assumindo pleno emprego e plena utilização da capacidade, Kaldor (1955-56) constrói um modelo, fascinante por sua simplicidade, no qual a participação dos investimentos na renda (portanto, sob a suposição de uma razão capital-produto constante, a taxa de crescimento da economia) determina as participações distributivas de salários e lucros (a distribuição funcional da renda), dadas as propensões a poupar de capitalistas e trabalhadores. (Roncaglia, 2011, p. 2)

Na verdade, a razão $\frac{1}{S_l - S_w}$ representa a sensibilidade da distribuição funcional da renda a variações na taxa de investimento $\frac{I}{Y}$. Quanto menor for a diferença entre S_l e S_w , maior será a incidência que $\frac{I}{Y}$ terá sobre $\frac{L}{Y}$, devido a que será tanto maior a redistribuição necessária para gerar um mesmo montante global de poupança.

Para obtermos a taxa de lucro da economia, multiplicamos ambos os lados da equação 6 pelo inverso da relação capital-produto, v , de modo a obtermos

$$\frac{L}{K} = \frac{1}{S_l - S_w} \frac{I}{Y} - \frac{S}{S_l - S_w} \frac{Y}{K} \quad (7).$$

Supondo que o capital cresce à taxa natural, $I/K = g_n$, e tendo em mente a hipótese de uma relação capital-produto constante, v , temos que a taxa de lucro depende da taxa de crescimento do capital:

$$\frac{L}{K} = \frac{1}{S_l - S_w} g_n - \frac{S_w}{S_l - S_w} v^{-1} \quad (8)$$

e

$$\frac{L}{K} = \frac{g_n S_w v^{-1}}{S_l - S_w} \quad (9).$$

A taxa desejada de crescimento, g_w , se ajusta à taxa de crescimento natural, g_n , através de mudanças na participação dos lucros na renda, $\frac{L}{Y}$. O ponto-chave é entender que, dentro do enfoque kaldoriano, o investimento aparece como uma variável independente (não varia nem com S_I nem com S_w) que determina, mediante a mudança na distribuição da renda, a poupança necessária para garantir o equilíbrio macroeconômico entre a oferta e a demanda agregada. Em outras palavras, o aumento (exógeno) do investimento em um contexto de pleno emprego da mão de obra e plena utilização da capacidade instalada gera um incremento da demanda agregada que, através do ajuste da relação preços-salário nominal, induz uma mudança na distribuição da renda em favor dos lucros (uma acumulação do tipo *profit-led*), contribuindo, portanto, para que a poupança (variável endógena no modelo desenvolvido por Kaldor) seja igual ao investimento.

De acordo com Taylor (1991), esse processo de transferência de renda dos salários para os lucros é denominado de “poupança forçada”. Dado um nível de produção exógeno no longo prazo (coincidente com o nível de produto potencial e o pleno uso da mão de obra disponível), a distribuição da renda se transforma na variável endógena, que se ajusta para restaurar as condições de equilíbrio. Esse resultado exige, além das hipóteses de pleno emprego e pleno uso da capacidade instalada, o cumprimento de quatro condições adicionais:

- 1) o salário real não deve cair abaixo do nível de subsistência;
- 2) a taxa de lucros não deve ser menor que uma taxa crítica abaixo da qual não é rentável investir;
- 3) $\frac{L}{Y}$ deve ser ao menos igual ao grau de monopólio;
- 4) a razão capital-produto deve ser independente da taxa de lucro.

O artigo de 1957, “A model of economic growth”, complementa as ideias desenvolvidas por Kaldor no trabalho de 1955–1956. Em essência, este último aparece como uma extensão da ideia original do artigo de 1955–1956, cujo objetivo é mostrar a constância da razão capital-produto e da taxa de lucro, consequência direta de um conjunto de forças endógenas que operam sobre o mesmo sistema econômico. No artigo de 1957, Kaldor assume que o crescimento econômico está restringido

pela disponibilidade de fatores, e não pela demanda efetiva. Ademais, Kaldor ainda mantém a hipótese de pleno emprego da mão de obra no longo prazo, de modo que o principal mecanismo de ajuste para alcançar o equilíbrio macroeconômico segue sendo a distribuição da renda.

Não obstante as semelhanças com seu trabalho de 1955-1956, o modelo de crescimento exposto no artigo de 1957 incorpora algumas novidades, tais como a formulação explícita da mudança tecnológica ou progresso técnico (captado a partir da introdução de inovações no processo produtivo, intrinsecamente ligado a maiores possibilidades de acumulação de capital) e a diferenciação de dois cenários alternativos (população economicamente ativa constante ou crescente) que incidem sobre a dinâmica macroeconômica.

Nesse sentido, é justamente o conceito de progresso técnico que permite incorporar ao modelo kaldoriano uma contribuição relevante a partir do ponto de vista distributivo. Para o caso de uma economia sem crescimento populacional, Kaldor assume que o progresso técnico é dado por

$$\frac{Y_{t+1}^{-Yt}}{Y_t} = \alpha'' + \beta'' \frac{I_t}{K_t} \quad (10),$$

onde K_t é o estoque de capital físico no período t . Note que, devido ao suposto de população constante, a equação 10 reflete não somente a taxa de crescimento do produto, mas também a da produtividade média do trabalho.

Supondo que no estado estacionário as taxas de crescimento do produto e o estoque de capital sejam iguais (a razão capital-produto constante), temos que

$$\frac{I}{Y} = \frac{I}{K} \frac{K}{Y} = \gamma'' \frac{K}{Y} \quad (11),$$

onde $\gamma'' = \frac{\alpha''}{1-\beta''}$ denota a taxa de crescimento de estado estacionário do estoque de capital e do produto. Agora, combinando as equações 10 e 11, vem

$$\frac{L}{Y} = \frac{1}{S_l - S_w} y'' \frac{K}{Y} - \frac{sw}{S_l - S_w} \quad (12).$$

A equação 12 incorpora explicitamente a ideia de progresso técnico no interior da teoria da distribuição de renda elaborada por Kaldor. Dentro desse novo contexto analítico, um maior crescimento autônomo da produtividade, α'' , será acompanhado por uma maior taxa de acumulação de capital desejada no estado estacionário, e, portanto, maior será a proporção dos lucros com relação ao produto requerida para continuar a acumulação. Por sua vez, o aumento no crescimento, derivado da expansão no estoque de capital (determinado por β''), tem um efeito, no estado estacionário, semelhante ao do componente autônomo.

Se, diferentemente do caso anterior, supormos que a população cresce a uma taxa constante, λ , os resultados ficam praticamente inalterados (no que se refere à distribuição de renda), incorporando simplesmente o parâmetro λ na equação 12, de maneira que

$$\frac{L}{Y} = \frac{1}{S_l - S_w} (y'' + \lambda) \frac{K}{Y} - \frac{s_w}{S_l - S_w} \quad (13).$$

Então, ao expandir o estoque de capital desejado das firmas, o crescimento da população aumenta a participação dos lucros na renda nacional. Além de considerar como o progresso técnico afeta a distribuição de renda, o trabalho de Kaldor de 1957 é importante por identificar os dois cenários principais que caracterizam as economias capitalistas:

- 1) uma etapa “precoce” de desenvolvimento;
- 2) uma etapa “madura” ou avançada.

A característica fundamental que distingue ambos os estágios está associada ao tipo de relação existente entre o crescimento da produtividade e o aumento no nível de vida dos trabalhadores (salários reais). Durante a primeira etapa, o crescimento da produtividade não se encontra associado com um incremento proporcional nos salários reais. Isso ocorre porque os requerimentos do processo de acumulação, em uma etapa na qual o capital observado é sistemicamente inferior ao desejado e os salários nominais se situam no nível de subsistência, con-

duzem a um aumento tendencial na participação dos lucros no produto, tal que permite financiar o crescente investimento.

Em termos kaldorianos, essa primeira fase se caracteriza por apresentar um aumento contínuo da razão capital-produto, que, somado ao aumento constante de $\frac{I}{Y}$, não necessariamente implica uma queda da taxa de lucro. O final da primeira fase ocorre quando o estoque observado de capital alcança o estoque desejado de capital, momento a partir do qual o sistema adota uma dinâmica completamente diferente. Nesse sentido, Kaldor afirma que

os lucros não são mais determinados na maneira marxista, como o excedente da produção sobre o salário de subsistência; pelo contrário, a participação dos salários torna-se um resíduo, igualando a diferença entre a produção e a participação dos lucros como determinado no sentido “keynesiano”, ou seja, pela propensão a investir e a poupar [...]. Este segundo e mais “alegre” estágio do capitalismo no qual a produção e o emprego continuam a crescer, e os salários reais estão crescendo constantemente com o crescimento da produção, não foi previsto por Marx. (Kaldor, 1957, p. 620–621)

Essa segunda fase mostra uma relação direta e proporcional entre o aumento da produtividade e o crescimento dos salários reais, uma vez que, ao alcançar o estoque desejado de capital, o crescimento autônomo da produtividade (que expande a oferta agregada da economia) não é acompanhado por um aumento *pari passu* da demanda de bens de capital (investimento). O excesso de oferta resultante se traduz em queda dos preços, que eleva os salários reais dos trabalhadores em linha com a dinâmica da produtividade. Nesse novo estágio de desenvolvimento, as participações fatoriais relativas permanecem constantes, fenômeno que coincide com um dos “fatos estilizados” kaldorianos, compartilhado também por Kalecki (1938) e Keynes (1939).

Contudo, posteriormente Kaldor adota uma postura diferente no que concerne à relação existente entre crescimento, produtividade e distribuição de renda. Em um artigo publicado em 1975, “Economic growth and the Verdoorn Law – a comment on Mr. Rowthorn’s article”, o autor reconhece explicitamente a importância da demanda agregada como um dos fatores determinantes do crescimento econômico no longo prazo. Kaldor diz:

Eu acredito que estava errado em pensar, em 1966, que a Grã-Bretanha tinha atingido o estágio de “maturidade econômica” [...] e que seu desempenho comparativamente pobre era explicado pela incapacidade em absorver suficiente mão de obra para a indústria manufatureira mais do que pelo fraco desempenho de mercado, devido à ausência de competitividade internacional [...]. Eu gostaria de colocar mais ênfase nos componentes exógenos da demanda, e em particular no papel das exportações, em determinar a taxa tendencial do crescimento da produtividade na Grã-Bretanha em relação a outros países industrialmente avançados. (Kaldor, 1975, p. 895-896)

Nessa passagem, Kaldor busca mostrar a possibilidade de existência de um regime liderado pela demanda. Este é uma mudança teórica que Kaldor realiza em relação ao seu artigo de 1955-1956, no qual a elevação do investimento, em um contexto de plena utilização da capacidade, é acomodada por uma elevação dos preços, reduzindo os salários reais e aumentando a margem de lucros. Contudo, como apontado por Blecker (2015), um regime liderado pela demanda também pode ser liderado pelos salários ou pelo lucro, e isso não é explicado por Kaldor em seu artigo de 1975. Assim, teoricamente, em um modelo liderado pela demanda é possível que o aumento na margem dos lucros impulsione o crescimento. Para que isso ocorra, é necessário que o efeito da margem dos lucros sobre o investimento supere o efeito da redução de demanda provocado pela redução do salário real⁵.

3. A contribuição de Kalecki para uma análise pós-keynesiana da distribuição de renda

Partindo de um enfoque essencialmente microeconômico, mas sempre orientado para o entendimento das interações existentes entre os principais agregados macroeconômicos⁶, Kalecki busca racionalizar o comportamento de um conjunto de empresas industriais que operam

⁵ Agradeço os comentários do parecerista anônimo em relação a esse ponto.

⁶ De acordo com Asimakopulos (1988), os trabalhos de Kalecki contêm uma teoria da distribuição que combina aspectos micro e macroeconômicos da economia. As participações relativas na renda são influenciadas pela política de margem de lucro das firmas, que são estabelecidas em mercados oligopolizados, assim como pelo nível da demanda efetiva.

no setor industrial inglês e norte-americano, assinalando como o comportamento das empresas se afasta do marco de referência da concorrência perfeita. Kalecki sustenta que as condições vigentes no mercado de bens se afastam da hipótese de concorrência perfeita – segundo a qual os preços dos bens se igualam aos custos marginais de produção –, de modo que no mundo real as empresas industriais competem em condições oligopólicas. Essa questão introduz na análise o tema de poder de mercado e a importância que tem as megacorporações no desenvolvimento normal dos negócios.

A existência de capacidade ociosa⁷ é outra das dimensões analíticas apresentadas por Kalecki. As megacorporações do setor industrial frequentemente desenvolvem seus planos de produção e decisões de investimento em situações nas quais a capacidade produtiva potencial difere da capacidade utilizada. Como corolário dessa divergência, as empresas operam em um nível abaixo da plena capacidade⁸ e pode ocorrer uma situação de desemprego no equilíbrio de longo prazo.

A estrutura de custos médios e marginais de produção é outro dos pontos distintivos do enfoque kaleckiano. Em contraste com a teoria clássica marshalliana, Kalecki supõe que, até que as empresas alcancem o nível de produção correspondente ao pleno uso da capacidade produtiva, os custos médios totais são decrescentes, enquanto os custos médios e marginais são constantes. A forma de L invertida que apresentam estes últimos captura a essência do argumento kaleckiano tradicional. Essas ideias são de crucial importância para entender a interação entre as hipóteses de concorrência imperfeita, subutilização da capacidade instala-

⁷ A partir da publicação de seu artigo “A theorem on technical progress”, em 1941, surge uma interessante discussão entre Joan Robinson e Keynes. O cerne do debate foi a existência ou não da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa: enquanto para Keynes essa existência era uma mera suposição teórica, Robinson afirmava que na verdade essa era a condição normal. De acordo com Heller (1996), isso revela as influências da obra de Kalecki sobre o pensamento de Joan Robinson, incorporando as noções de oligopólio e progresso técnico.

⁸ É importante destacar que, tanto para Kalecki, quanto para os kaleckianos, a distribuição de renda é dada exogenamente, sendo o grau de utilização da capacidade a variável de ajuste de longo prazo. Já, para a tradição de Cambridge britânica, ao invés de assumir a distribuição de renda como um dado exógeno, o produto aparece como uma variável exógena e igual a seu nível de pleno emprego. Assim, no longo prazo, a variável de ajuste é a distribuição de renda.

da e custos médios e marginais constantes ou decrescentes para o desenvolvimento da teoria kaleckiana da distribuição da renda.

3.1 Grau de monopólio e distribuição funcional da renda

Um dos objetivos centrais de seu artigo de 1938, “The determinants of distribution of the national income”, é construir um modelo teórico que permita analisar os principais determinantes da participação relativa dos trabalhadores na renda nacional. Esta é compreendida pela soma das rendas recebidas pelos capitalistas (C), pelos gastos de depreciação (D), pela remuneração dos altos funcionários (F) e pela massa salarial recebida pelos trabalhadores (W). Kalecki (1938) parte do conceito de grau de monopólio originariamente desenvolvido por Lerner (1934),

$$\mu = \frac{p-m}{p} \quad (14),$$

onde μ denota o grau de monopólio empresarial, p os preços fixados pelos produtores e m os custos marginais de produção de curto prazo. A visão kaleckiana mostra que a participação dos capitalistas na renda nacional, definida como $\Pi = \frac{C+D+F}{Y}$, depende basicamente de duas variáveis: o grau de monopólio empresarial, (μ) e a razão entre o valor bruto da produção e a renda nacional⁹, T/Y :

$$(\mu) T/Y = \frac{C+D+F}{Y} \quad (15).$$

Dois pontos merecem destaque na equação 15. Em primeiro lugar, tanto μ como T/Y são variáveis interdependentes (Kalecki, 1938): o aumento (diminuição) no grau de monopólio diminui (aumenta) a razão T/Y em uma menor proporção, o que implica que a participação relativa dos capitalistas aumenta, *ceteris paribus*, com o incremento no grau de monopólio. Em segundo lugar, as variações em T/Y podem

⁹ A equação 15 surge a partir de certas manipulações algébricas na identidade contábil $C + D + F + W + R = T$, sujeito a que $Y = T - R$ e a que $W + R = \left(\frac{w}{p}\right)Y$, onde W é a massa salarial em termos reais e R é o gasto real em insumos intermediários.

originar-se em mudanças em outros fatores diferentes do grau de monopólio. Nesse sentido, as modificações nos preços das matérias-primas básicas com relação aos salários exercem um efeito não negligenciável sobre a razão entre a rotação e a renda nacional: o aumento (diminuição) no preço das matérias-primas básicas com relação às remunerações dos trabalhadores afeta positivamente (negativamente) a razão T/Y .

Em resumo, o aumento do grau de monopólio ocasiona um incremento menos que proporcional em Π , enquanto o aumento nos preços das matérias-primas básicas com relação aos salários implica um aumento adicional em Π . A estabilidade das participações dos fatores de produção se explica, no entender de Kalecki, pela compensação exata entre as variações em μ e as mudanças em sentido contrário (gerados ou não por modificações no grau de monopólio) em relação a T/Y .

Seguindo Kalecki (1971), o grau de monopólio depende dos seguintes fatores:

- 1) Do tamanho da empresa – o processo de concentração na produção de bens e serviços resulta em que as grandes empresas, as megacorporações, tenham maior poder de mercado e, portanto, maior capacidade para fixar preços não competitivos.
- 2) Da elasticidade da curva de demanda da empresa e da indústria – quanto menor for a elasticidade-preço da demanda para um produto determinado, maior será a capacidade das firmas que participam em mercados de concorrência imperfeita de fixar maior margem de lucro sobre os custos médios variáveis.
- 3) Das barreiras existentes à entrada de novos competidores na indústria – essas barreiras atuam como mecanismos de proteção para as firmas já estabelecidas, permitindo as que adotem políticas de preços envolvendo a fixação de maior margem de lucro sobre os custos médios variáveis.
- 4) Do poder sindical – se o poder de mercado das firmas diminui na medida em que estas repassam os aumentos salariais nos preços, um maior poder de negociação sindical, que gere uma contínua elevação dos salários nominais, resultaria em uma progressiva redução no grau de monopólio e na margem de lucro.
- 5) Do ciclo econômico – em termos gerais, Kalecki afirma que o poder de mercado seria contracíclico, aumentando nas recessões

e diminuindo nos períodos de auge. Assim, tanto μ como T/Y dependem do estado do ciclo econômico.

O fato de que os preços das matérias-primas básicas com relação aos salários aumentem durante os períodos de auge implica que a razão entre a rotação e a renda nacional é uma variável pró-cíclica¹⁰. A relação entre o grau de monopólio e o estado do ciclo econômico é muito mais complexa, uma vez que entram em jogo as críticas efetuadas por Harrod (1936), para quem μ aumenta nos momentos de auge e diminui nas recessões.

A controvérsia entre Harrod e Kalecki se deve, essencialmente, a que o segundo adere às críticas que apontam a existência de outros fatores afetando positivamente o grau de monopólio durante os períodos recessivos (Kalecki, 1938). Se predominar o efeito enfatizado por Kalecki, a distribuição de renda tenderia a favorecer os trabalhadores nos momentos de auge e os capitalistas nos momentos de recessão, enquanto, a partir das hipóteses de Harrod, o resultado seria exatamente o contrário.

3.2 Crescimento econômico e distribuição funcional da renda

A expansão dos componentes autônomos da demanda agregada afeta a distribuição funcional da renda se existir custos médios decrescentes na presença de custos de trabalhos indiretos que não variam com o nível de produção (Kalecki, 1971). Aqui parece existir uma contradição com relação à associação entre margens de lucro e ciclo econômico, enfatizada pelo próprio Kalecki em seus textos posteriores a 1938.

Ao assumirmos que existem custos médios decrescentes e os salários reais flutuam em menor proporção que a produtividade média do trabalho, temos um aumento exógeno nos gastos planejados dos capitalistas. Isso, por sua vez, estimula o nível de produção da firma, aumentando a margem entre o preço de venda e os custos médios totais de produção, e incrementando, assim, a participação dos lucros na renda nacional. Em outras palavras, enquanto os preços e os salários reais se mantêm cons-

¹⁰ De acordo com Kalecki (1938), o preço relativo das matérias-primas com relação aos salários seria pró-cíclico, já que a volatilidade dos preços agrícolas é em geral maior que a dos preços das manufaturas. Isso ocorre porque a curva de custo marginal dos bens agrícolas apresenta uma maior inclinação que a dos demais produtos.

tantes, o nível de emprego aumenta menos que proporcionalmente com relação às mudanças no nível de produção.

Então, podemos dizer que, em termos gerais, a teoria kaleckiana sobre a distribuição da renda se sustenta em dois pilares:

- 1) o reconhecimento do grau de monopólio na determinação das margens de lucro sobre os custos marginais ou custos médios variáveis;
- 2) a explícita valorização do papel que joga os gastos dos capitalistas na determinação dos lucros e do nível de emprego.

Do que foi visto até o momento, depreende-se claramente que, inclusive mantendo a hipótese de Kalecki (1938) com relação ao caráter contracíclico da margem de lucro sobre os custos marginais, é possível que exista finalmente uma relação positiva entre crescimento econômico e participação dos lucros no produto se o efeito de um maior nível de produção sobre os custos médios totais mais do que compense a queda no grau de monopólio. Em termos formais, e assumindo uma economia fechada e sem governo, teremos que o nível de renda se encontra determinado pela demanda agregada, repartindo-se entre salários e lucros, de tal maneira que

$$W + L = C_{BC} + I_{BK} \quad (16),$$

onde W é o salário, L os lucros brutos, C_{BC} o gasto em bens de consumo e I_{BK} é o gasto em bens de capital (investimento).

Se assumirmos que os trabalhadores consomem toda sua renda e que o consumo dos capitalistas apresenta um componente autônomo A e outro que depende de L , é possível derivar a seguinte equação para o consumo agregado:

$$C_{BC} + W + \varepsilon L + A \quad (17),$$

onde ε representa a propensão marginal a consumir dos capitalistas. Substituindo a equação 17 na equação 16, e supondo que o investimento é dado exogenamente, chegamos à seguinte expressão:

$$L = \frac{I_{BK} + A}{1 - \varepsilon} \quad (18)$$

ou

$$\frac{L}{Y} = \frac{C + D + F}{Y} = \frac{1}{s} \frac{I_{BK} + A}{y} \quad (19),$$

onde $s = 1 - \varepsilon$ é a propensão marginal a poupar dos capitalistas e Y é o nível de produção agregado.

A equação 19 representa uma condição de equilíbrio distributivo que na linguagem kaleckiana foi popularizada na seguinte frase: enquanto os trabalhadores gastam o que ganham, os capitalistas ganham o que gastam. De acordo com Kalecki (1971), tal equilíbrio se obtém endogenamente da hipótese de custos médios totais decrescentes, derivado, por sua vez, dos supostos de custos variáveis médios constantes e da existência do chamado “trabalho gerencial”, isto é, de certos custos salariais fixos, que não variam com o nível da produção.

3.3 Aspectos adicionais da teoria distributiva kaleckiana

Até o momento apresentamos uma análise dos principais determinantes kaleckianos da distribuição funcional da renda, diferenciando o efeito do grau de monopólio para dado nível de produção e o impacto da demanda agregada em um enfoque de crescimento econômico.

No pensamento de Kalecki, existem dois temas adicionais que merecem particular atenção. O primeiro deles se associa à capacidade de negociação salarial que têm os trabalhadores em distintas fases do ciclo econômico e à influência dessas negociações sobre o resultado final em matéria distributiva. Em relação a esse último ponto, é importante discernir os efeitos distributivos assimétricos que exercem as mudanças nos salários nominais, dependendo do grau de abertura econômica.

Com relação ao tema das variações nos salários nominais e a sua incidência sobre a participação relativa dos trabalhadores e capitalistas na renda nacional, Kalecki mostra posições contraditórias. Por um lado, em seu trabalho de 1938, o autor assinala que, como resultado do corte nos salários nominais, é provável que aumente a margem de lucro sobre os custos variáveis. Para uma economia fechada, o efeito dos menores

salários nominais sobre a razão T/γ seria nulo, obtendo, assim, um impacto global levemente negativo para a participação dos trabalhadores na renda nacional.

No caso de uma economia aberta que importa a maioria de suas matérias-primas e insumos intermediários utilizados no processo produtivo, o impacto de uma redução salarial intensifica o efeito distributivo anteriormente mencionado. Na verdade, Kalecki (1938) observa que uma queda nos salários nominais deveria conduzir a um aumento da razão T/γ , uma vez que o valor real dos insumos importados aumenta com a deflação salarial, assumindo que os preços domésticos seguem ao menos parcialmente a dinâmica dos salários. O efeito resultante da queda nos salários nominais sobre a participação dos lucros na renda nacional será, portanto, ainda mais positivo que no caso de uma economia fechada.

Do exposto nesta seção, deduz-se que os principais determinantes da distribuição da renda para Kalecki são:

- 1) Para dado nível de produto: a) o grau de monopólio, que depende da concentração de mercado; a elasticidade-preço da demanda; as barreias à entrada; o conflito distributivo, mediado pelo grau de abertura da economia; e o estado do ciclo econômico; b) a participação dos insumos intermediários na produção, que também depende do ciclo econômico e da evolução dos salários nominais.
- 2) Em um contexto dinâmico: a) a variação da demanda agregada; b) a estrutura de custos de produção; c) a estratégia de preços das firmas; d) o nível de utilização da capacidade instalada.

Os principais determinantes e características do enfoque distributivo kaleckiano, tanto em contextos estáticos como dinâmicos, apresentam fortes reminiscências com a abordagem de Marx no que diz respeito à distribuição de renda, ainda que existam certas ambiguidades em Kalecki com relação ao papel que joga a negociação salarial como determinante da participação relativa dos trabalhadores na distribuição da renda.

4. As participações dos salários e dos lucros na renda para Joan Robinson

A abordagem dual proposta por Robinson para a análise das questões distributivas permite diferenciar suas contribuições de ordem marshalliana de suas contribuições macroeconômicas posteriores. Em sua primeira fase, as análises de Robinson estão centradas em questões microeconômicas, sendo dado o nível de produção. Em uma fase posterior, a composição do produto (entre bens de consumo e bens de investimento) varia em um contexto de uso “normal” da capacidade instalada e dos ajustes de preços similares à hipótese kaldoriana de poupança forçada que operam, no caso de Robinson, mediante o conceito de barreira inflacionária. Então, se o nível de utilização da capacidade está em seu nível normal, o volume produzido deve permanecer constante, mas a sua composição sofre modificações.

4.1 A distribuição funcional da renda a partir de um ponto de vista microeconômico

Em seu livro “A economia da concorrência imperfeita”¹¹ (doravante, ECI), Robinson apresenta a essência de seu pensamento com relação aos principais determinantes da distribuição funcional da renda no curto prazo (Robinson, 1933). Adotando uma perspectiva microeconômica que estende a crítica de Sraffa (1926) à teoria marshalliana dos preços, Robinson (1933) estuda os principais determinantes do grau de exploração da força de trabalho¹². O ponto essencial para definir as

¹¹ De acordo com Heller (1996), a principal contribuição do livro “A economia da concorrência imperfeita” se refere a descrever o funcionamento do mercado de trabalho em uma estrutura caracterizada pelo monopólio e/ou monopsonio. Essa centralidade do mercado de trabalho nessa obra seria o resultado do impacto da crítica de Sraffa à teoria da concorrência perfeita e da TG. Para Sraffa (1926, 1930), o monopólio mais do que a concorrência pura deveria ser o ponto inicial para a teoria do valor. Assim, a existência de curvas de demanda negativamente inclinadas seria a principal restrição da expansão do produto presente e futuro.

¹² A exploração é definida por Robinson como “um estado de coisas no qual o salário de um fator é inferior ao valor de seu produto físico marginal [...] e distinguimos dois tipos de exploração, a monopolista, que surge quando a curva de demanda por um bem não é perfeitamente elástica, e a monopsonista, que surge quando a curva de oferta de um fator não é perfeitamente elástica para um empregador individual”

participações relativas do trabalho e do capital na renda nacional encontra-se basicamente nas elasticidades: a elasticidade-preço da demanda de bens e a elasticidade-preço da oferta de trabalho.

Já, em seu artigo de 1932, “Imperfect competition and falling supply price”, como apontado por Harcourt e Kerr (2009), Robinson deixa claro as hipóteses para tornar a análise mais fácil do ponto de vista da argumentação (embora a deixe mais longe da realidade, como a própria autora admite). A autora desenha diagramas os quais mostram o equilíbrio para a firma com lucros extraordinários, ou seja, renda marginal igual ao custo marginal com preço maior do que o custo médio. A condição de tangência, preço igual ao custo médio, implica que o custo médio deve ser decrescente.

Em um mundo no qual prevalece a concorrência perfeita nos mercados de bens e de fatores produtivos, as funções de demanda de bens e oferta de trabalho (em nível da firma) são infinitamente elásticas (horizontais). A existência de um amplo número de firmas “isoladas”, que não possuem poder para fixar preços nos distintos mercados, elimina a fonte de exploração da força de trabalho. Por outro lado, se se levanta a hipótese de concorrência imperfeita no mercado de bens e se incorpora a existência de um pequeno conjunto de firmas formadoras de preços, haverá exploração monopólica da força de trabalho, que afetará a distribuição funcional da renda em favor dos capitalistas.

Na ECI, Robinson estende a teoria da firma, baseada principalmente em Marshall, no sentido de incorporar imperfeições no mercado de bens e de trabalho. Em particular, Robinson utilizou os instrumentos marginalistas para determinar e avaliar (em termos de grau de exploração) os salários, quando as firmas estão diante de três situações:

- 1) uma demanda que não é perfeitamente elástica para os seus produtos;
- 2) uma oferta de trabalho que também não é perfeitamente elástica;
- 3) a ocorrência de ambos os casos.

(Robinson, 1933, p. 310-311, apud Heller, 1996). Essa definição de exploração guarda uma estreita relação com a definição exposta por Pigou em seu trabalho *The economics of welfare*, de 1920. Contudo, este é um tema que foge ao escopo do presente artigo.

O modelo de mercado de trabalho elaborado por Robinson possui firmas que determinam a quantidade de trabalhadores empregados. As firmas contratam trabalhadores até o ponto em que a receita marginal do trabalho é apenas igual ao custo marginal de empregar mais uma unidade de trabalho. Para Robinson (1933), essa fórmula é válida independentemente se os mercados de bens ou fatores são perfeitos ou imperfeitos.

No caso de imperfeição no mercado de bens (mas não no mercado de fatores), a receita marginal do trabalho pode ser igual ao salário, porém a receita marginal será menor do que o preço. O corolário é que a exploração existe porque o salário pago é menor que o valor da receita marginal. Isso significa que aumentar os salários não seria uma solução ao problema da exploração, resultando apenas em maior desemprego e exploração com maiores salários. A única solução seria o controle de preços ou a eliminação da fonte de imperfeição no mercado de bens¹³.

Já, no caso da existência de imperfeições no mercado de trabalho, a oferta de trabalho não é perfeitamente elástica, ocorrendo um caso extremo em uma estrutura caracterizada pelo monopsonio¹⁴. Novamente, o emprego da força de trabalho ocorrerá até o ponto no qual o custo marginal do trabalho seja igual à receita marginal. Nesse caso, enquanto as firmas produzem de modo a igualar o preço com o custo marginal do trabalho, estas possuem poder de mercado para fixar salários inferiores ao gasto marginal com a força de trabalho. No entender de Robinson, o estabelecimento de um salário mínimo ou o aumento do poder sindical podem eliminar a exploração.

O objetivo da autora é permitir uma comparação entre as situações de concorrência perfeita e imperfeita no mercado de fatores. Com isso, ela utiliza como critérios o custo médio de produção, o volume da produção e a quantidade de trabalho utilizado nessa produção (Heller, 1996). Ainda de acordo com Robinson, uma estrutura monopsonista no mercado de fatores está implícita na análise do monopólio. Ademais,

¹³ Robinson (1933) argumenta que a eliminação das imperfeições no mercado de bens pode suprimir a exploração, mas isso teria como resultado uma redução nos salários pagos, uma vez que o preço do produto cairia, assim como o produto marginal físico.

¹⁴ Um monopsonio é uma estrutura de mercado na qual uma firma possui sua curva de oferta de trabalho positivamente inclinada.

na afirmação de que o monopolista regula sua produção pelo custo marginal da produção fica implícito que a firma é monopsonista em relação aos fatores de produção. A conclusão da autora é a de que os casos nos quais ocorre a concorrência perfeita são casos especiais da seguinte regra geral: o indivíduo igualará seu custo marginal à receita marginal.

A discrepância entre o valor do produto marginal e a receita marginal que se verifica em cenários não competitivos é o que propicia o grau de exploração monopsonista: os trabalhadores já não recebem o valor de sua produtividade marginal, mas uma magnitude inferior. Essa ideia está baseada na concepção de que os trabalhadores e/ou os sindicatos não têm o poder suficiente para gerar emprego e têm um menor poder de determinar o seu preço, o salário. Segundo Robinson, a curva de demanda por um fator de produção depende da curva de demanda pelo respectivo bem, das condições técnicas observadas na produção do mesmo bem e da curva de oferta dos demais fatores (capital e terra)¹⁵.

Em resumo, para determinar o grau de exploração da força de trabalho a partir de um enfoque microeconômico robinsoniano, é importante considerar tanto a elasticidade-preço da demanda de bens como a elasticidade-salário da força de trabalho. No caso de as elasticidades não serem perfeitamente elásticas em nível da firma, estariam refletindo a existência de imperfeições no mercado de bens ou no mercado de trabalho, respectivamente.

4.2 Enfoque macroeconômico para a análise da distribuição da renda

Para a análise macroeconômica da distribuição de renda, Robinson (1962) coincide com Kaldor (1961), em que, no longo prazo, a economia se caracteriza pela ausência de capacidade ociosa. De acordo com Kaldor (1961), tal situação corresponde ao pleno emprego dos fatores produtivos, enquanto para Robinson (1962) coincide como uso “normal”

¹⁵ Para Heller (1996), a metodologia adotada por Robinson de comparar as estruturas de mercado, concorrência perfeita e monopólio, sob o critério da quantidade de fatores utilizados, considera diferentes situações: a existência ou não de escassez de fatores, a possibilidade ou não elasticidade de substituição entre os fatores e a existência ou não de economias de escala.

da capacidade instalada. Dessa maneira, a concorrência aparece como suficiente para manter os preços em um nível que permite colocar o produto gerado com uma utilização “normal” da capacidade instalada¹⁶.

Seguindo Lavoie (1992), duas consequências importantes surgem ao assumir uma utilização “normal” da capacidade instalada no longo prazo. A primeira se refere ao típico ajuste kaldoriano (poupança forçada), que predomina sob tais condições: as mudanças na distribuição de renda resultam de modificações nos preços dos bens com relação aos salários, de modo que as pressões de demanda se corrigem mediante um ajuste de preços que altera a distribuição funcional da renda em favor dos capitalistas. A segunda diz respeito à existência de uma relação inversa entre a taxa de salário real e a taxa de lucro.

Dentro desse contexto, Robinson (1962) sustenta que uma maior taxa de acumulação de capital implica um menor salário real e é justamente essa relação negativa que dá lugar à existência da famosa barreira inflacionária. Já, em seu livro de 1956, *The accumulation of capital*, Robinson afirma que, quanto menor for o nível de gasto em consumo por parte da classe rentista, mais distante estará daquela barreira inflacionária, podendo, dessa forma, atingir uma maior taxa de acumulação de capital.

Ainda de acordo com Lavoie (1992), em termos formais temos $r = \frac{L}{Y}$, a taxa de lucro sobre o estoque de capital investido; $\Pi = \frac{L}{Y}$, a participação relativa dos lucros no total do valor agregado; $\bar{v} = \frac{Y}{K}$, o uso “normal” da capacidade instalada; I , o investimento total; S , a poupança total; K , o estoque de capital agregado da economia; α , o investimento autônomo; b , a elasticidade do investimento em relação ao lucro esperado; s , a propensão marginal a poupar; e g^* e r^* , os valores de equilíbrio da taxa de crescimento e da taxa de lucro respectivamente. Assim, as equações relevantes do modelo são:

¹⁶ De acordo com Amitrano (2013), há um certo grau de convergência entre os modelos de crescimento keynesianos de Kaldor e Robinson dos anos 1950 e os trabalhos de Kalecki. A diferença essencial entre as duas tradições residiria apenas em seus fechamentos: “Enquanto Kaldor e Robinson, em virtude das circunstâncias europeias daquele período, supunham ora plena capacidade, ora pleno emprego, ou ambos, o que os levou ao conceito de poupança forçada, Kalecki e Steindl adotavam como hipótese base que o grau de utilização da capacidade produtiva seria endógeno” (Amitrano, 2013, p. 289).

$$- \text{Dinâmica do investimento: } g^l = \frac{l}{K} = \alpha + b (\Pi \bar{v}) \quad (20).$$

$$- \text{Dinâmica da poupança: } g^s = \frac{s}{K} = s (\Pi \bar{v}) \quad (21).$$

Igualando a dinâmica do investimento com a dinâmica da poupança $g^l = g^s$ e isolando para Π , é possível obter a expressão de equilíbrio para a razão entre a taxa de lucro e o produto:

$$\Pi^* = \frac{\alpha}{\bar{v} (s-b)} \quad (22),$$

sendo $s > b$ a típica condição de estabilidade dos modelos de crescimento pós-keynesianos.

A partir dessa equação, é possível derivar alguns resultados de estática comparativa, para conhecer como varia a distribuição funcional da renda (definida no presente contexto a partir de Π^*) na versão robinsoniana diante de modificações nos parâmetros relevantes (α , s e b):

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial \alpha} = \frac{1}{\bar{v} (s-b)} > 0 \quad (22.1),$$

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial s} = - \frac{\alpha \bar{v}}{[\bar{v} (s-b)]^2} < 0 \quad (22.2),$$

$$\frac{\partial \Pi^*}{\partial b} = \frac{\alpha \bar{v}}{[\bar{v} (s-b)]^2} > 0 \quad (22.3).$$

Com um uso “normal” da capacidade instalada, a distribuição funcional da renda favorece os capitalistas, quando (1) aumenta o componente autônomo do investimento privado e (2) se acrescenta a elasticidade da função investimento em relação ao lucro esperado. Por sua vez, podemos ver como o aumento na propensão marginal a poupar derivada dos lucros reduz a taxa de lucro de equilíbrio.

Em um modelo alternativo desenvolvido por Robinson (1959), temos que a economia se estabiliza no longo prazo em torno de um

nível de produção constante, no qual tanto a poupança como o investimento são iguais a zero. Em tal situação, a distribuição funcional da renda dependerá basicamente de três variáveis explicativas:

- 1) da taxa de juros (determinada exogenamente);
- 2) da elasticidade de substituição entre os fatores;
- 3) da propensão marginal a poupar de devedores e credores do sistema financeiro.

Se a propensão marginal a poupar dos devedores é maior que a dos credores, um aumento na taxa de juros, ao reduzir a propensão marginal a poupar média dos agentes do sistema financeiro, levará a um aumento do consumo e da renda agregada. Contudo, se a elasticidade de substituição entre os fatores é menor que um, esse aumento provocará um aumento nos requerimentos unitários de trabalho menor do que a queda nos salários reais que advém da diminuição do estoque de capital. Este é o único caso no qual o efeito negativo do aumento da taxa de juros sobre o salário real predomina sobre o efeito positivo no nível do emprego, de maneira que a participação dos salários na renda nacional diminui.

Em outro contexto, se não existem diferenças nas propensões marginais a poupar entre os distintos agentes do sistema financeiro, a única coisa que acontecerá será o efeito do aumento da taxa de juros sobre a participação dos salários na renda nacional. O resultado final dependerá do valor que assuma a elasticidade de substituição entre os fatores. Quando a elasticidade de substituição de trabalho por capital é maior que um, um aumento da taxa de juros gerará um incremento suficientemente importante nos requerimentos unitários de trabalho, para compensar a queda nos salários reais que origina o menor estoque de capital. Dessa maneira, aumenta a participação dos salários na renda e, concomitantemente, o consumo e a renda agregada. Se a elasticidade de substituição entre fatores é igual a um, os efeitos se compensam, de forma tal que a taxa de juros não afeta o nível de equilíbrio da renda agregada.

Em resumo, na análise macroeconômica efetuada por Robinson, nota-se que, em correspondência com os aportes kaldorianos especialmente seu artigo de 1955, “Alternative theories of distribution”, a acumulação de capital é uma variável-chave que determina a distribuição da renda no longo prazo. Além disso, pode-se notar que, diante de mu-

danças na demanda agregada e dado nível de uso “normal” da capacidade instalada, os ajustes se produzem mediante modificações nos níveis de preços a partir da noção de “barreira inflacionária”.

Vimos também que a participação dos lucros na renda depende basicamente de três fatores relevantes: o nível de investimento autônomo, as expectativas sobre os lucros futuros e a propensão marginal a poupar. Por último, apontamos que a economia se estabiliza no longo prazo em torno de um nível de produção temporalmente invariante (Robinson, 1959), a distribuição de renda também é uma função da taxa de juros, da elasticidade de substituição entre trabalho-capital e da propensão marginal a poupar dos devedores e credores.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi resgatar as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson sobre a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. Em primeiro lugar, procuramos localizar o debate da distribuição de renda a partir da discussão entre Keynes e Dunlop, Tarshis e Kalecki. Tendo como partida esses debates, mostrou-se uma modificação no pensamento de Keynes sobre a distribuição de renda entre a *TG* e o seu artigo de 1939, “Relative movements of real wages and output”. Keynes incorpora à sua análise as condições técnicas (que determinam a estrutura dos custos marginais reais de produção) e o grau de monopólio existente no mercado de bens como variável-chave para entender a evolução temporal e as diferenças entre países na distribuição funcional da renda.

A exposição desse debate permite mostrar como Kaldor, Kalecki e Robinson, embora formulem hipóteses contraditórias com relação às hipóteses de pleno emprego e utilização da capacidade instalada, possuem um ponto em comum imprescindível para a análise pós-keynesiana da distribuição de renda: a poupança se ajusta a dado nível de investimento (determinado de forma independente via *animal spirits*), através da redistribuição de renda entre salários e lucros.

Contudo, a análise conjunta dos três autores permite avaliar certas inconsistências com o pensamento de Keynes (1939, 1985), sendo a principal: enquanto Keynes assume que, no curto prazo, um aumento

na demanda resulta em um aumento da produção e na utilização da capacidade instalada, as análises de Kaldor e Robinson assumem explicitamente que a taxa de utilização retornará ao seu nível normal. Dessa forma, qualquer ajustamento entre oferta e demanda no longo prazo, ou entre poupança e investimento, será feito através de modificações nos preços ou margens de custo, e não via quantidades como nas análises de Keynes (1936, 1939) e Kalecki (1977).

Ademais dessas inconsistências com o pensamento de Keynes, vale notar uma importante diferença entre a tradição de Cambridge, representada aqui por Kaldor e Robinson, com a tradição kaleckiana. Para os primeiros, o aumento da taxa de investimento é acomodado através de uma redistribuição regressiva da renda, enquanto o grau de utilização ou de capacidade instalada permanece exógeno. Já, para a tradição kaleckiana, aquele aumento na taxa de investimento é acomodado com uma elevação do produto através de uma maior utilização da capacidade instalada. Assim, a variável de ajuste para a tradição de Cambridge ocorre via redistribuição regressiva da renda, enquanto, para a tradição kaleckiana, o ajuste se dá pelo grau de utilização.

Referências bibliográficas

- AMITRANO, Claudio Roberto. Regime de crescimento, restrição externa e financeirização: uma proposta de conciliação, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n2/a01v22n2.pdf>>.
- ASIMAKOPOULOS, Athanasios. *Theories of income distribution*. Boston/Dordrecht/Lancaster: Kluwer Academic Publishers, 1988.
- BIDDLE, Jeff; EMMETT, Ross. *Research in the history of economic, thought and methodology: a research annual*. Bingley: Elsevier, 2005.
- BLECKER, Robert. Open economy models of distribution and growth, 2010. Disponível em <<https://www.american.edu/cas/economics/pdf/upload/2010-3.pdf>>.
- BLECKER, Robert. Wage-led versus profit-led demand regimes: the long and the short of it, 2015 Disponível em <<https://www.american.edu/cas/economics/research/upload/2015-05.pdf>>.
- CHARLES, Sebastien; LANG, Dany; ASENSIO, Angel. *Post-Keynesian modelling: where are we, and where are we going to?*, 2010. Disponível em <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/30726/1/MPRA_paper_30726.pdf>.
- CHICK, Victoria. Is there a case for post Keynesian economics?. *Scottish Journal of Political Economy*, 42 (1), p. 20-36, 1995.

- DAVIS, John (org.). *A companion to the history of economic thought*. Malden/Oxford/Melbourne/Kurfürstendamm: Blackwell Publishing, 2003.
- DOMAR, Evsey. Capital expansion, rate of growth and employment. *Econometrica*, 14 (2), p. 137-147, 1946.
- DOW, Sheila. Post-Keynesian economics. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff; DAVIS, John (orgs.). *A companion to the history of economic thought*. Malden/Oxford/Melbourne/Kurfürstendamm: Blackwell Publishing, 2003.
- DUNLOP, John. The movement of real and money wage rates. *Economic Journal*, 48 (191), p. 413-434, 1938.
- DUTT, Amitava Krishna. Economic growth and income distribution: Kalecki, the Kaleckians and their critics. In: PHILIP, Arestis (org.). *Microeconomics, macroeconomics and economic policy: essays in honour of Malcolm Sawyer*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- FREITAS, Fabio. Uma análise crítica do modelo kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações, 2003. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A35.pdf>>.
- FRIEDMAN, Milton; KUZNETS, Simon. *Income from independent professional practice*. New York: National Bureau of Economic Research, 1945.
- HARCOURT, Geoffrey. Productivity and technical change. *The Economic Record*, v. 38, n. 83, p. 388-394, 1962.
- HARCOURT, Geoffrey. A two-sector model of the distribution of income and the level of employment in the short run. *The Economic Record*, v. 41, n. 93, p. 103-117, 1965.
- HARCOURT, Geoffrey. *The structure of post-Keynesian economics: the core contributions of the pioneers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HARCOURT, G.; KERR, P. *Joan Robinson*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- HARROD, Roy. An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, 49 (193), p. 14-33, 1939.
- HELLER, C. *Oligopólio e progresso técnico no pensamento de Joan Robinson*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1996 (Tese de Doutorado).
- KALDOR, Nicholas. Annual survey of economic theory: the recent controversy on the theory of capital. *Econometrica*, 5, p. 201-233, 1937.
- KALDOR, Nicholas. Alternative theories of distribution. *Review of Economic Studies*, 23 (2), p. 83-100, 1955-1956.
- KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. *Economic Journal*, 67 (268), p. 591-624, 1957.
- KALDOR, Nicholas. *Capital accumulation and economic growth*, 1961. Disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/macro2/Kaldor_1961.pdf>.
- KALDOR, Nicholas. Capital accumulation and economic growth. In: LUTZ, Friedrich; KALDOR, Nicholas. Economic growth and the Verdoorn Law – a comment on Mr. Rowthorn's article. *Economic Journal*, 85 (340), p. 891-896, 1975.
- KALECKI, Michal. A macrodynamic theory of business cycles. *Econometrica*, v. 3, p. 327-344, 1935.

- KALECKI, Michal. A theory of the business cycle. *The Review of Economic Studies*, v. 4, n. 2, p. 77-97, Feb. 1937.
- KALECKI, Michal. The determinants of distribution of the national income. *Econometrica*, 6 (2), p. 97-112, 1938.
- KALECKI, Michal. A theory of profit. *Economic Journal*, 52, p. 258-266, 1942.
- KALECKI, Michal. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy, 1933-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1977
- KEYNES, John Maynard. Relative movements of real wages and output. *Economic Journal*, 49 (193), p. 34-51, 1939.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da renda*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1936).
- KURZ, Heinz; SALVADORI, Neri. The post-Keynesian theories of growth and distribution: a survey. In: SETTERFIELD, Mark (org.). *Handbook of alternative theories of economic growth*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2010.
- LAVOIE, Marc. *Foundations of post Keynesian economic analysis*. Cheltenham: Edward Elgar, 1992.
- LERNER, Abba. The concept of monopoly and the measurement of monopoly power. *Review of Economic Studies*, 1 (3), p. 157-175, 1934.
- MARGLIN, Stephen. *Growth, distribution, and prices*. Harvard: Harvard University Press, 1984.
- OKUN, Arthur; TOBIN, James. *Macroeconomics, prices, and quantities: essays in memory of Arthur M. Okun*. Massachusetts/Washington: Wiley-Blackwell, 1983.
- OSIATYNSKI, J. *Collected works of Michal Kalecki*. V. I: Capitalism, business cycles and full employment. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- PASINETTI, Luigi. Rate of profit and income distribution in relation to the rate of economic growth. *Review of Economic Studies*, 29 (4), p. 267-279, 1962.
- PASINETTI, Luigi. Nicholas Kaldor: a few personal notes. *Journal of Post Keynesian Economics*, 5 (3), p. 333-340, 1983.
- PÉREZ MORENO, S. La distribución de la renta en el pensamiento de Keynes: contribuciones económicas, opciones éticas y elementos biográficos claves. *Análisis Económico*, XXI (48), p. 57-77, 2006.
- PIGOU, A. C. *The economics of welfare*. 4. ed. London: Macmillan, 1932.
- ROBINSON, Joan. Imperfect competition and falling supply price. *Economic Journal*, 42, p. 544-554, 1932.
- ROBINSON, Joan. *La economía de la competencia imperfecta*. Madrid: Aguilar, 1933.
- ROBINSON, Joan. *The accumulation of capital*. London: Macmillan, 1956.
- ROBINSON, Joan. Accumulation and the production function. *Economic Journal*, 69, p. 433-442, 1959.
- ROBINSON, Joan. *Essays in the theory of economic growth*. London: Macmillan, 1962.
- RONCAGLIA, Alessandro. *A patchwork post-Keynesian/evolutionary approach to income*

- distribution*, 2011. Disponível em <<http://www.centrosraffa.org/public/521f58b6-1a67-4860-b9e4-0e6260f355f2.pdf>>.
- SALVADORI, Neri; PANICO, Carlo. Unemployment and growth: a critical survey. In: SALVADORI, Neri; PANICO, Carlo (orgs.). *Classical, neoclassical and Keynesian views on growth and distribution*. Cheltheham: Edward Elgar, 2006.
- SARDONI, C. Effective demand and income distribution in the general theory. *Journal of Income Distribution*, v. 3, p. 48-83, 1993.
- SRAFFA, Piero. Sulle relazioni tra costo e quantità prodotta. *Annali di Economia*, II (1), p. 277-328, 1926.
- SRAFFA, Piero. "A criticism" and "A rejoinder" in "Increasing returns and the representative firm: a symposium". *Economic Journal*, 40, p. 89-93, 1930.
- STOCKHAMMER, Engelbert. Robinsonian and Kaleckian growth: an update on post-Keynesian growth theories, 1999. Disponível em <<http://epub.wu.ac.at/186/1/document.pdf>>.
- TARSHIS, Lorie. Changes in real and money wages. *Economic Journal*, 49 (193), p. 150-154, 1939.
- TAYLOR, Lance. *Income distribution, inflation, and growth: lectures on structuralist macroeconomic theory*. Cambridge: MIT Press, 1991.